

O corpo e a estética da suspeita em *Close*, um filme de Lukas Dhont

The body and the aesthetics of suspicion in *Close*, a movie by Lukas Dhont

Flávio Adriano Nantes

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

É como se fôssemos muito ricos de uma matéria-prima indefinível. E, se interessamos tanta gente, é porque devemos possuir algo cuja essência é rara e preciosa – do contrário, como explicar que todos os movimentos liberticidas demonstrem tamanho interesse por nossas identidades, nossas vidas, nossos corpos e pelo que fazemos em nossas camas?
(Virginie Despentes, para o prefácio de *Um apartamento em urano*).

Flávio Adriano Nantes

O autor é doutor em Teoria e Estudos Literários, pela Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), professor associado da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), na área de Teoria Literária, pesquisa, entre outros temas, por intermédio do texto literário: a estética da suspeita, políticas afetivas, corpos subalternizados por marcadores sociais. Ademais, coordena o Lorca/UFMS (Grupo de Pesquisas e Estudos em Literatura e Gênero) e está afiliado ao Grupo Gênero e Raça (UNESP/IBILCE).

Recebido em:

03/10/2024

Aceito em:

23/03/2025

AGOSTO/2025

ISSN 2317-9945 (On-line)

ISSN 0103-6858

p. 283-298

RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma leitura do filme *Close* (2022), de Lukas Dhont, que visa à reflexão acerca da estética da suspeição ou estética da suspeita – como se dá, se estrutura e é legitimada socialmente – em relação a determinados corpos. A depender da especificidade do corpo, a suspeita se transforma em uma verdade incontestável – o corpo de uma mulher, uma pessoa negra, indígena, LGBTQIAPN+, entre outros, ao ser alocado em uma esfera de suspeição, passa a sofrer todas as sanções pelo suposto “delito” (Paul B. Preciado 2020, 2022; Guacira Louro 1997, 2016, 2018). Um homem que não performa a masculinidade hegemônica – aquela entendida socialmente como “adequada” – é, muitas vezes, suspeito de ser homossexual, tal como acontece com os personagens da narrativa fílmica Léo e Rémi. Determinados corpos, estes elencados, em relação à suspeição ainda que não seja real, não se confirme, são considerados como tal. Os dois personagens em questão operacionalizam no ficcional o que muitas vezes se concretiza no factual ou vice-versa.

PALAVRAS-CHAVE

Cinema. Corpos. Estética da suspeita. Ficcional *versus* factual.

ABSTRACT

This work is a reading of the film *Close* (2022), by Lukas Dhont, which aims to reflect on the aesthetics of suspicion - how it occurs, is structured, and is socially legitimized - in relation to certain bodies. Depending on the specificity of the body, suspicion transforms into an uncontested truth - the body of a woman, a Black person, an Indigenous person, someone who is LGBTQIAPN+, among others, when placed in a sphere of suspicion, begins to suffer all the sanctions for the supposed "crime" (Paul B. Preciado 2020, 2022; Guacira Louro 1997, 2016, 2018). A man who does not perform hegemonic masculinity - that which is socially understood as "appropriate" - is often suspected of being homosexual, as is the case with the characters Léo and Rémi in the film's narrative. Certain bodies, those listed, regarding suspicion, even if it is not real or confirmed, are considered as such. The two characters in question operationalize in fiction what often materializes in fact or vice versa.

KEYWORDS

Cinema. Bodies. Aesthetics of suspicion. Fictional *versus* factual.

PRECURSORES DA SUSPEIÇÃO

Não consideramos inadequado afirmar que o criador maior da estética da suspeita na literatura brasileira seja Machado de Assis, em *Dom Casmurro*, publicado em 1899, que ainda hoje desperta em muitos leitores (e não leitores) o desejo de condenar e/ou absolver Capitu, personagem casada com Bento Santiago, protagonista do romance, elaborando argumentos de defesa e condenação para além dos limites do texto literário. Muitos embarcam no fetiche de se tornarem juiz, inclusive com aval de algumas/alguns professoras e professores de literatura que estimulam o "julgamento", fazendo dele uma prática metodológica e apostando no êxito da leitura entre os alunos. Definitivamente, ninguém, a partir da leitura da narrativa machadiana, pode afirmar ou denegar a suposta traição perpetrada por Capitu. Ao invés disto, seria mais interessante e, sobretudo democrático, um debate acerca da suspeita, ou melhor, da suspeição recaída nos ombros de uma mulher.

Ainda sob a pena de Machado de Assis, a suspeita recai nos personagens Quintanilha e Gonçalves, do conto "Pílades e Orestes", que faz parte do livro *Entre nós* (2007), organizado por Luiz Ruffato. A amizade entre eles rompia de tal modo com as convenções sociais estabelecidas de gênero que o efeito de suspeição é confirmado por uma personagem secundária: "A união dos dois era tal que uma senhora chamava-lhes os 'casadinhos de fresco'" (Ruffato, 2007, p. 27). Não há possibilidades de inferir uma sexualidade "desviante" para as personagens em questão, mas o modo como ambos conduzem suas práticas sociais em um espaço, em que a heterossexualidade é a norma imposta a todos os corpos, eles não passam incólumes ao olhar social, pois, de algum modo, "infringem" as estritas "leis" de gênero projetadas para homens e mulheres.

Seguindo as pegadas de Machado de Assis, Caio Fernando Abreu, no conto “Aqueles dois” (2018), empreende, em uma repartição mofada pela burocracia e compulsão heteronormativa, a suspeita social sobre Raul e Saul, amigos íntimos e cúmplices na vivência dos afetos muito díspares daquilo que está estruturado socialmente para os homens. O narrador sobre os dois: “Acontece, porém, que não tinham preparo algum para dar nome às emoções, nem mesmo para tentar entendê-las” (Abreu, 2018, p. 405). Daí que os demais personagens que fazem parte do núcleo narrativo passam a injuriá-los e assediá-los até o limite em que são demitidos do trabalho.

Outro exemplo, ainda no âmbito literário, diz respeito a Gina e a Oriana, personagens de “Uma branca sombra pálida”, conto do livro *A noite escura e mais eu* (2009), de Lygia Fagundes Telles. A primeira, pelo constante assédio perpetrado pela mãe, é impelida ao suicídio. Gina não suportou as injúrias pelo fato de a mãe suspeitar que havia entre a filha e Oriana um relacionamento homossexual. “Falo dessa relação nojenta de vocês duas e que não é novidade para mais ninguém, por que está se fazendo de tonta? Não vão mesmo parar com essa farsa? Seria mais honesto abrir logo esse jogo [...]” (Telles, 2009, p. 94). Embora as acusações da mãe sejam categóricas sobre a suposta relação entre Gina e Oriana, em nenhum momento elas “confessam” que têm qualquer vínculo para além de amigas. Neste sentido, as personagens sofrem uma série de injúrias pelo simples fato de a mãe suspeitar (e uma delas paga com a própria vida pelo “crime”), que elas mantêm uma relação lésbica.

Em “O menino que escrevia versos”, conto de *O fio das missangas* (2009), de Mia Couto, o pai “acusa” categoricamente o filho de pertencer a uma sexualidade dissidente pelo fato de gostar/escrever poesia e se manter alijado da masculinidade normativa pensada pelo pai-patriarca como a adequada. Como o personagem se difere desta norma, passa a ser enxergado pelos pais como “doente”. *i.e.*, está “adoecido” por não performar a masculinidade hegemônica, não dar sequência a ela, não repetir o *modus operandi* da macheza do pai, lançar mão do fazer poético que naquele contexto familiar (estrutura micro que representa uma macro, a sociedade) é um ofício para mulheres ou para homens que não são “homens de verdade”.

O pai logo sentenciara: havia que tirar o miúdo da escola. Aquilo era coisa de estudos a mais, perigosos contágios, más companhias. Pois o rapaz, em vez de se lançar no esfrega-refrega com as meninas, se acabrunhava nas penumbras e, pior ainda, escrevia versos. O que se passava? Mariquice intelectual (Couto, 2009, p. 132).

A suspeição acerca da homossexualidade do personagem-menino inicia-se com o pai que acredita, ancorado a uma sistema de relações de gênero, que a atividade desenvolvida pelo filho não é coisa para homem, logo, o filho é gay; e atribui a “culpa” a fatores externos, sonhando à criança o direito à subjetividade, à fruição poético-literária, ao fazer artístico.

Fica explícito no conto que gênero e sexualidade estão sob uma atenta e constante vigilância; e quando algo de “errado” é detectado, o sujeito não passa incólume – é exposto, assediado, injuriado, violentado, colocado como abjeto, infrator. Não cumprir de modo “adequado” com as estritas “leis” de

gênero e sexuais faz com que o sujeito se torne um “fora da lei”. O menino que escrevia versos é, portanto, um corpo “fora da lei”.

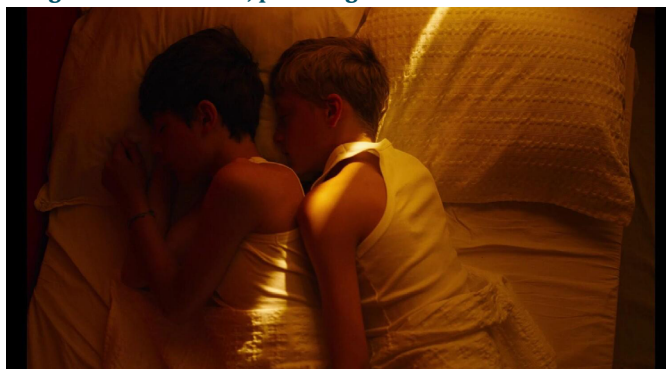
A VIGILÂNCIA SOCIAL SOBRE A MASCULINIDADE

Os exemplos elencados que tratam do que denominamos aqui estética da suspeita, embora se difiram entre eles, comprovam a construção de um tipo de discurso, especificamente o literário, por meio do qual o leitor não poderia inferir acerca de uma certeza, por não ter elementos textuais. Assim, afirmar se Capitão traiu ou não Bento Santiago, se Quintanilha e Gonçalves ou ainda se Raul e Saul mantinham ou não um relacionamento homossexual, se Gina e Oriana eram lésbicas ou não, se o menino dos versos era gay ou não, seria uma leitura leviana, pois não há como saber. No entanto, todos estes personagens são tratados, nos limites do texto literário como se tivessem cometido os “crimes” de que são acusados. Ademais, queremos pensar por que tanto os personagens dos textos elencados que convivem com os “personagens-criminosos” quanto os leitores os entendem/os percebem como sujeitos criminosos, do pecado, do erro? Pelo fato de que os personagens da acusação e também os leitores são um produto de um sistema cultural-social-histórico ancorado ao patriarcado. Na esteira destas proposições, seria possível uma reflexão sobre a narrativa fílmica *Close* (2022), de Lukas Dhont, no que diz respeito sobretudo a Léo e a Rémi.

Os personagens em questão são adolescentes de 13 anos e amigos próximos: brincam, se admiram, e o principal, talvez a chave-mestra para a leitura do filme, demonstram afeto entre si. Em uma sociedade cis-heteronormativa há uma “lei”/veto em relação ao amor entre homens – um homem não pode amar outro homem – e aqui não estamos tratando de relações homossexuais (amor romântico), mas de sujeitos cis-héteros que recebem da sociedade (por meio de suas agências: escola, igreja, família) uma pesada instrução de como controlar e ocultar os sentimentos. É a concretização da máxima social de que homens não podem demonstrar afetos; daí que passarão a vida domando-os, controlando o modo de se relacionar, escondendo os sentimentos sob o véu da heteronormatividade.

Close apresenta para o espectador Léo e Rémi, que já no início da narrativa são lançados para o território da suspeita em relação à sexualidade; e isto se dá justamente pelo fato de que todos estamos alocados em um território carregado de paradigmas de como nos mover nos limites sociais no tocante ao gênero e às práticas sexuais. O modo, então, como eles conduzem a amizade entre si deixa uma fresta para a suspeição não apenas entre os adolescentes-personagens da escola, mas também os espectadores.

Imagem 1: Léo e Rémi, personagens do filme *Close*



Fonte: Kinorium (2025).

As vivências afetivas entre os personagens, conforme se observa na imagem 01 em que Léo e Rémi dormem juntos, são entendidas como “desobedientes” porque não cumprem de forma “adequada” com aquilo que se espera entre dois adolescentes homens – não demonstrar carinho. Eles passam a ser assediados e interpelados pelos colegas; e já no primeiro dia de aula da nova escola, no momento do intervalo, um grupo de garotas pergunta se estão juntos, se são um casal, ao que Léo responde com “não”; que “são melhores amigos, como se fossem irmãos”. Mas elas insistem que está clara a relação entre os dois pelo fato de estarem sempre juntos e quando estão sentados lado a lado, ficam muito próximos, se tocam; e Léo segue dizendo que não e argumenta que elas, as garotas, também estão sempre juntas, fazem coisas de meninas, se abraçam, nem por isso são namoradas. Estas sequências na narrativa indicam que os papéis entre meninas e meninos estão bastante delimitados sobre o que podem e não podem fazer; o que é e não é permitido.

Se, nos dias de hoje, ela [a sexualidade] continua alvo da vigilância e do controle, agora se ampliaram e diversificaram suas formas de regulação, multiplicaram-se as instâncias e as instituições que se autorizam a ditar-lhe as normas, a definir-lhe os padrões de pureza, sanidade ou insanidade, a delimitar-lhe os saberes e as práticas pertinentes, adequados ou infames. Ao lado de instituições tradicionais, como o Estado, as igrejas ou a ciência, agora outras instâncias e outros grupos organizados reivindicam, sobre ela, suas verdades e éticas (Louro, 2016, p. 27).

Na esteira das palavras de Louro, a sexualidade está para a ordem do público, por mais privada que seja a questão, pois muitos acreditam ter o direito sobre as práticas corpóreas alheias, arguindo, insinuando, buscando informações sobre o sujeito. As pessoas se sentem livres para atuarem como fiscais do gênero e das práticas sexuais do outro, e mais, sentem-se legitimadas socialmente a fazer. O que seria, então, da esfera privada entre Léo e Rémi torna-se pública – as colegas além de perguntarem, diante dos outros alunos próximos, insistem que ambos mantêm uma relação homossexual; é como se dissessem “não é possível que vocês não sejam um casal pelo modo como se comportam”.

A escola, lugar em que os personagens estão alocados e acontecem os primeiros assédios em relação a suas práticas afetivas, deveria ser espaço de liberdade para o sujeito, de discussão sobre a pluralidade, de reflexões acerca das mais diferentes práticas corpóreas, torna-se, no entanto, um lugar mortí-

fero para eles que passam a ser acusados pelo “crime” da homossexualidade. Ambos começam a perceber que há algo de “errado” com eles, no modo como vivem, na maneira como conduzem a amizade.

Imagem 2: Léo e Rémi, personagens do filme *Close*



Fonte: Divulgação da Netflix.

Léo, após entender que a convivência com Rémi desperta curiosidade nos demais colegas que passam a xingá-los, assediá-los, injuriá-los, toma a decisão de se afastar de seu melhor amigo, passando a conviver com outros garotos e assumindo outras práticas nos limites do espaço escolar para provar a todos que não é um casal. Rémi, por sua vez, sente a dor de perder o melhor amigo. Na realidade, os dois personagens são feridos porque sentem a ausência um do outro, sofrem pela perda, entendem que a escola (projeto de sociedade) não é capaz, pela estrutura hétero-patriarcal, de aceitar o afeto, o amor, o carinho, entre os amigos-irmãos.

Os corpos considerados ‘normais’ e ‘comuns’ são, também, produzidos através de uma série de artefatos, acessórios, gestos e atitudes que uma sociedade arbitrariamente estabeleceu como adequados e legítimos. Nós também nos valemos de artifícios e de signos para nos apresentarmos, para dizer quem somos e dizer quem são os outros.

Aqueles e aquelas que transgridem as fronteiras de gênero ou de sexualidade, que as atravessam ou que, de algum modo, embaralham e confundem os sinais considerados ‘próprios’ de cada um desses territórios são marcados como sujeitos diferentes e desviantes (Louro, 2016, p. 89).

Fica clara a artificialidade do gênero, e porque não dizer do sexo, pelo fato de eles serem um efeito de linguagem, *i.e.*, uma construção discursiva que sofre alteração ao longo dos tempos nas diferentes sociedades ao redor do mundo. Neste sentido, há um jogo discursivo entre os adolescentes da escola de como deve ser o comportamento dos meninos, sempre se diferenciando do das meninas; daí que entre eles e elas deve haver um jogo oposto, o que justifica o binarismo de gênero. Léo, ao perceber que se localiza na contramão discursiva (atitude, até então, de resistência) acerca do gênero imposto, procura se enquadrar ao discurso hegemônico (optando pelo poder), afasta-se de Rémi, entra para a equipe de hóquei no gelo (jogo que naquele contexto escolar é pensado para meninos), o que demonstra, uma vez mais, o quanto a personagem tenta seguir o *script* normativo da masculinidade. Os gestos de

Léo, em uma crescente, acabam por separá-lo completamente do amigo que não suporta a violência extrema perpetrada contra sua vivência e dá cabo à vida; melhor, é impelido a fazê-lo; é suicidado pela exigência nefasta de uma masculinidade “adequada”.

Sem eximir Léo pelo abandono do amigo e, por conseguinte, pela tragédia instaurada, ele é impelido a agir deste modo com o intuito de se livrar dos assédios, injúrias, violência, perpetrados contra ele e Rémi. Se, por um lado, a masculinidade hegemônica coloca o sujeito que a performa de maneira adequada no topo da estratificação social, de outro, ela cobra um preço muito caro para quem dela se beneficia. O preço ao qual nos referimos diz respeito à observação das normas masculinistas a serem seguidas de modo exímio, sem fracassar, devendo tratá-las como se fossem uma deidade, *i.e.*, o Deus do homem, cuja masculinidade “ideal” ele persegue.

Imagem 3: Léo e Rémi, personagens do filme *Close*



Fonte: Popcorn (2025).

A imagem 03 faz parte da sequência em que Léo e Rémi rompem com a amizade: o primeiro quer afastar-se do amigo e, por não conseguir dizer que prefere estar longe e com outros amigos, fazendo outras coisas, inventa desculpas que não convencem Rémi. Este, ainda nessa sequência fílmica, em um diálogo tenso e doído, na tentativa de recuperar o amigo/a amizade, questiona a ausência do amigo e, em um gesto de desespero e choro, agride Léo. Ambos se agredem. Léo, ao lado do discurso hegemônico/do poder, beneficiando-se dos privilégios ancorados ao patriarcado, quer performar a masculinidade vigente-hegemônica no âmbito escolar, ainda que para isto deva se afastar do melhor amigo. Rémi, por sua vez, quer desafiar o *status quo* hegemônico, empreender uma resistência em relação à masculinidade *standart* para não perder o amigo, mesmo que isto lhe custe sofrer injúrias, violências, assédios.

O CORPO DESEEDUCADO

Falar em educação de gênero ou educar o gênero nos remete às pedagogias da sexualidade – os papéis que devem ser desempenhados por homens e mulheres; papéis estes cujas primeiras lições estão na família e depois ficam a cargo de outras instituições: igreja, escola, mercado de trabalho, Estado. Inte-

ressa-nos aqui o caso específico da instituição escolar, território de vigilância por excelência de gênero e sexualidade. A escola, para muitas crianças, é o primeiro lugar que frequentam para além dos limites de suas casas e, é nela também, que passam a ser confrontadas/vigiadas e impelidas a reproduzirem as normas “adequadas” de gênero. Aquelas que não atingem as expectativas dos demais – colegas, professores, gestores – passam por sanções: assédios, injúrias, violência de toda sorte, fazendo com que as vítimas deste sistema arbitrário e injusto adoeçam ou terminem em uma tragédia, como acontece com a personagem de *Close*.

A atuação da pedagogia dos corpos trata, conforme o próprio termo, de educar os corpos – uma educação corpórea voltada mais precisamente para a sexualidade e o gênero, assim, gênero e sexualidade não estão para o privado (o corpo não “pertence” ao sujeito), mas para o público, logo, todos passam por um processo educacional de como manter e mover o corpo no contexto social onde está alocado. Há, então, quem ensine os elementos “adequados” que o compõem e devem ser repetidos. Em outras palavras, são as instituições reguladoras que ficam a cargo da pedagogia corpórea; estas, algumas já mencionadas anteriormente, ultrapassam os limites de atuação e fazem com que muitos cidadãos se “voluntariem” para atuar como fiscais de gênero e sexualidade e “fazerem valer a lei”.

As proposições aqui elencadas podem jogar luz sobre algumas sequências do filme; atemo-nos na insistência, já no primeiro dia de aula, de que os personagens Léo e Rémi são um casal, ou namorados, ou que mantêm qualquer relação que não seja apenas de melhores amigos. A arguição, insistindo para que eles confessem o “crime”, está centrada nas colegas que lançam mão dos elementos reguladores disciplinares do gênero. O modo como ambos se comportavam – sentarem-se muito próximos, tocarem-se, estarem sempre juntos – levanta suspeita sobre a sexualidade não hegemônica, a não heterossexual.

Imagem 4: Léo e Rémi, personagens do filme *Close*



Fonte: Caos Filosófico (2025).

A imagem 04 demonstra a sequência em que ambos os amigos estão no intervalo da escola sob o olhar dos colegas à volta. Léo, o personagem que mais sofre com os assédios, ao perceber os olhares e as falas sobre o modo como ele e Rémi se comportam, desvencilha-se de Rémi. Estes gestos, que fe-

rem as “regras” do gênero, colocam as personagens centrais em uma perspectiva de suspeição; esta, pelo simples fato de existir e levando em consideração os investimentos por parte dos colegas, torna-se uma verdade.

Imagem 5. Léo e Rémi, personagens do filme *Close*



Fonte: CineNinja (2025).

A imagem 05, sequência da narrativa fílmica, trata do momento em que os personagens são inquiridos pelas colegas da escola sobre a sexualidade de ambos: se são ou não namorados, conforme mencionado anteriormente. As alunas que buscam saber sobre a sexualidade de Léo e Rémi também estão confusas pelo fato de ambos, como se observa na imagem, performarem “inadequadamente” o gênero: estarem muito próximo um do outro, se tocarem, demonstrarem afeto etc. As garotas também não passam incólumes às estritas “leis” de gênero e sexualidade, pois não concebem que dois menino-homens tenham tais gestos e não sejam gays.

Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (Louro, 2018, p. 12).

De acordo com as “leis” (Conforme Preciado, 2022 e 2020; e Butler, 2024) de gênero e sexuais, Léo e Rémi não deveriam se comportar como o fizeram, “desobedecendo” a educação de gênero e sexualidade; eles estão na contramão da linguagem sexual hegemônica legitimada socialmente como a “correta”, a “adequada”, a “saudável”, originando o “discurso patologizante”. Em face à “desobediência”, as sanções perpetradas contra os personagens fazem com que Léo se posicione de forma a se enquadrar no *modus operandi* da masculinidade “adequada”, passando a conviver com outros garotos na confraria dos homens de “verdade” e afastando-se de forma drástica de Rémi; isto se dá porque os “[...] investimentos escolares eram a produção de um homem e de uma mulher ‘civilizados’, capazes de viver em coerência e adequação [...]” (Louro, 2018, p. 21).

A competição, que é frequentemente enfatizada na formação masculina, também parece dificultar que meninos e jovens ‘se abram’ com seus colegas, expondo suas dificuldades e fraquezas. Para um garoto (mais do que para uma garota), tornar-se um adulto bem-sucedido implica vencer, ser o melhor ou, pelo menos, ser ‘muito bom’ em alguma área. O caminho mais óbvio para muitos é o esporte (no caso brasileiro, o futebol), usualmente também agregado como um interesse masculino ‘obrigatório’ (Louro, 2018, p. 27).

É interessante notar que na narrativa fílmica, diferentemente de Rémi, Léo procura se enquadrar às normas vigentes de gênero, *i.e.*, performar uma masculinidade “adequada”, aceitar os jogos sociais masculinizantes perpetrados no interior do espaço escolar. Já mencionamos neste trabalho que o personagem é impelido a aceitar a masculinidade vigente, pois quem suportaria o assédio, a injúria, a violência, pelo fato de haver apenas suspeita acerca da homossexualidade entre os dois amigos? Os colegas de escola, que em um plano micro representam a sociedade, são implacáveis com os garotos; não há “perdão” para os que ousam subverter as estritas “leis” de gênero e sexualidade.

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos — tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres, e ela imediatamente separou os meninos das meninas [...] – e também produzir – as diferenças entre os sujeitos (Louro, 1997, p. 57).

Parece-nos que a instituição escolar, como produto de uma sociedade compulsoriamente cis-heteronormativa, está mais preocupada com a pedagogia dos corpos do que com o currículo escolar ou, ainda, com a formação humanística do alunado, indicando o quanto a escola pode ser nefasta para determinados sujeitos – aqueles que não se adequam as estritas “leis” do gênero e da sexualidade. Mormente a instituição de ensino determina os papéis de gênero: o que é adequado para as meninas e o que é para os meninos, o que demonstra que nem o professorado nem os gestores conseguem lidar com a questão para diminuir o sofrimento dos que se sentem “inadequados”.

Através de algumas lembranças dolorosas, curiosas e profundamente particulares, ele descreve um processo de escolarização do corpo e a produção de uma masculinidade, demonstrando como a escola pratica a pedagogia da sexualidade, o disciplinamento dos corpos. Tal pedagogia é muitas vezes sutil, discreta, contínua, mas, quase sempre, eficiente e duradoura (Louro, 2018, p. 20).

Louro (2018) lança mão do artigo-testemunho de Philip R. D. Corrigan¹ para pensar as questões acerca de gênero e sexualidade, e o modo como a escola lança mão destes elementos que se dão no corpo do indivíduo para educá-lo. Na realidade, o que sucede nos limites do ambiente escolar, ainda

¹ Louro lança mão do relato de Philip R. D. Corrigan – Estudante de uma escola privada inglesa cuja vigilância ostensiva, entre outros, no tocante ao gênero e à sexualidade pautados pela norma cis-heteropatriarcal, deixou marcas muito profundas – para exemplificar como a escola a partir do ingresso do estudante passa a medi-lo em todos os aspectos com o claro objetivo de educar o corpo e tudo o que ele possa significar.

que de maneira velada e discreta, é a repressão sobre os corpos. A escola, ao não falar sobre o assunto, ao proibir que os professores tratem questões de gênero e sexualidade (proibição muitas vezes perpetrada pelo próprio Estado²), a não condenar a lesbo-gay-bi-transfobia, os assédios, as injúrias, as violências, acaba por legitimar a cis-heteronorma, punindo os que não cumprem “adequadamente” os papéis de gênero e a sexualidade.

É interessante apontar que a escola não propõe uma intervenção entre os alunos, nem antes e nem depois que todos se chocam com o suicídio de Rémi; a instituição escolar deveria, então, ser responsabilizada por não evitar a violência de gênero e por não tratar da questão de modo adequado. No filme há dois momentos em que a escola faz um trabalho com os alunos: em uma espécie de roda de conversa, busca entender como os estudantes se sentem em relação ao fato e solicita que expressem seus sentimentos, no entanto, em nenhum dos momentos de discussão a questão sobre injúrias, assédios, violência, é tratada, isolando a questão da sexualidade e da suposta homossexualidade entre Léo e Rémi.

Paul B. Preciado, em um de seus textos, “Uma escola para Alan”, que compõe o livro *Um apartamento em Urano* (2020), trata de como as instituições de ensino ao redor do mundo têm sido negligentes em relação aos corpos dissidentes, aqueles que fogem às normas estabelecidas, deixando de protegê-los e, mais ainda, fomentando entre os alunos a pedagogia binarista de gênero (homem vs. mulher) e a compulsão heteronormativa. O filósofo espanhol lança mão, como exemplo, de um garoto trans, Alan, que pela constante violência sofrida em uma escola de Barcelona se suicida, para afirmar o quanto as instituições, aqui especificamente a escolar, têm fracassado em relação às subjetividades outras.

Mas como é possível que a escola não tenha sido capaz de proteger Alan da violência? A resposta é simples: a escola é o primeiro espaço de aprendizado da violência de gênero e sexual. A escola não foi capaz de proteger Alan, como também facilitou as condições de seu assassinato social.

A escola é um campo de batalha para o qual são enviadas as crianças, com seu corpo delicado e seu futuro em branco como únicas armas [...]. A escola é uma fábrica de machinhos e de bichas, de gostosas e gordas, de espertos e de retardados. A escola é a primeira frente de guerra civil: o lugar onde se aprende a dizer ‘nós, meninos, não somos como elas’. [...] Que importam os idiomas ensinados, se a única língua que se fala ali é a violência secreta e surda da norma? Alguns, como Alan, sem dúvida os melhores, não sobrevivem. Não podem participar dessa guerra (Preciado, 2020, p. 195-196).

A escola foi incapaz de proteger Rémi, de salvar sua vida, de educar os alunos para a diversidade de subjetividades (conduzir os estudantes a uma compreensão acerca das mais diferentes formas de operacionalizar a masculinidade e que elas não implicam necessariamente em homossexualidade; e que esta tampouco tem qualquer problema de anormalidade, doença, abjeção), de preservar Léo e a amizade dele com o melhor amigo. O papel majoritário exercido pela escola, a pensar a negligência sobre os fatos, era a manutenção da

hegemonia da sexualidade hétero e da masculinidade “padrão”; a instituição escolar compactua, portanto, com a tragédia que envolve, sobretudo, as personagens centrais e suas famílias. A escola detém, por assim dizer, uma política de morte para aqueles que não cumprem de modo satisfatório as estritas “leis” da sexualidade e do gênero. A necropolítica³ escolar. Em última instância, “A escola é uma fábrica de subjetivação: uma instituição disciplinar cujo objetivo é a normalização de gênero e sexual” (Preciado, 2020, p. 196).

Para além das fronteiras ficcionais de *Close*, é interessante buscar uma relação entre a escola de Léo e Rémi e a nossa realidade mais concreta: quantos adolescentes – garotas e garotos – não abandonam a escola por não se sentirem pertencentes, “adequados”; pelos constantes assédios e violência contra seus corpos? Preciado (2020) faz menção a uma pesquisa desenvolvida na França que trata sobre os insultos perpetrados no ambiente escolar e o mais comum entre os alunos é “bicha” como xingamento para os meninos e “puta” para as meninas. Ora, é inegável que ambos os termos depreciativos se ancoram, respectivamente, às questões de sexualidade e gênero. Se o garoto “fracassa”, i.e., não cumpre os jogos sexuais, os considerados “adequados” para a escola, ele é a “bicha”; já as garotas devem estar sempre atentas às regras de gênero, sabendo e empreendendo os limites impostos para seus corpos: as indumentárias, o modo de se comportar (a submissão, a delicadeza diante dos demais, inclusive em situações assediosas e/ou violentas), os objetos de entretenimento etc.

A escola potencializa e valoriza a teatralização convencional dos códigos da soberania masculina no menino e da submissão feminina na menina, ao mesmo tempo que vigia o corpo e o gesto, castiga e patologiza toda forma de dissidência. Justamente por ser uma fábrica de produção de identidade de gênero e sexual, a escola entra em crise quando confrontada com processos de transexualidade [ou de sexualidades ‘inadequadas’] (Preciado, 2020, p. 196).

Os personagens centrais da narrativa fílmica são severamente punidos na/pela escola. Léo afasta-se de Rémi; opta (ou é impelido a fazê-lo) por se desfazer da amizade para ser aceito/acolhido no grupo e, por conseguinte, tentar eliminar os assédios e as violências contra si. Rémi paga com a própria vida. É impelido ao suicídio, melhor, é “suicidado” por uma escola assassina; por uma escola que sonega o direito às subjetividades outras – aquelas que fogem às regras normalizantes; por uma escola que emprega toda sua energia física e intelectual para controlar os corpos. Quantas vidas reais Rémi não representa? Quantos meninas e meninos já perdemos para o ódio, a lesbo-gay-bi-transfobia, o conservadorismo, a falta de outridade? É urgente uma revisão política do estatuto escolar que leve em consideração a integridade das/dos estudantes.

³ O termo necropolítica foi cunhado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe, e o texto em que trata do tema está em: MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

QUEM DEFENDE RÉMI?

Preciado (2020), em outro texto que compõe, também, o livro já mencionado anteriormente “Quem defende a criança queer?”: “Tive pai e mãe, e, no entanto, eles não foram capazes de me proteger da repressão, da humilhação, da exclusão, da violência” (Preciado, 2020, p. 72). E, seguindo as pegadas do filósofo, queremos pensar sobre as famílias – os pais de Léo e Rémi – que não puderam defendê-los da violência, dos assédios, das injúrias, que desembocaram na morte de um dos personagens.

Aparentemente, os pais dos garotos eram compreensíveis em relação à amizade entre os dois, mas, como os de Preciado, não foram capazes de defendê-los e nem impedir que Rémi levasse a termo o suicídio. Por que os pais das personagens que eram tão adoráveis não conversaram com os filhos sobre sexualidade, gênero, masculinidade, afetos entre homens, independentemente da orientação sexual? Por que, ao perceber que algo não estava bem entre eles, não buscaram respostas a partir das questões corpóreas? Por que não buscaram entender o que estava acontecendo na escola? Por que esperaram que a tragédia se perpetuasse? Porque os pais, por melhores intenções que tenham tido com os filhos, são também um produto de uma sociedade compulsoriamente cis-heterossexual.⁴

As instituições família e escola não puderam proteger as crianças que corriam os perigos resultantes das estritas “leis” de gênero e sexuais que circundavam o ambiente escolar. “Tive pai e mãe, mas nenhum dos dois protegeu o meu direito à livre autodeterminação de gênero e sexual” (Preciado, 2020, p. 72). As palavras gênero, sexualidades, homossexualidade, heterossexualidade, não fazem parte do vocabulário da escola e tampouco do ambiente doméstico dos dois personagens; daí que é possível inferir acerca da violência sutil e silenciosa perpetrada contra ambos e com o aval da família e da escola.

Quem defende os direitos da criança diferente? Quem defende os direitos do menino que gosta de vestir rosa? E da menina que sonha em se casar com a melhor amiga? Quem defende os direitos da criança homossexual, da criança transexual, da criança transgênero? Quem defende o direito da criança mudar de gênero, caso deseje? O direito da criança à livre autodeterminação sexual e de gênero? Quem defende o direito da criança crescer em um mundo sem violência de gênero e sexual? (Preciado, 2020, p. 70).

Ninguém!

A negativa acima pode parecer generalizante, mas como alguém pode se sentir protegido em uma sociedade cuja epistemologia de gênero e sexual paira sobre todas as instituições, no público e no privado? Para exemplificar a questão, aproximemo-nos da realidade brasileira: há 15 anos consecutivos o Brasil ocupa o primeiro lugar no *ranking* mundial em assassinatos a mulheres

4 Segundo Leandro Colling (2015), o conceito de heterossexualidade compulsória – queremos acrescentar aqui outras nomenclaturas do mesmo campo semântico: heteronormatividade compulsória, compulsoriedade cis-heteropatriarcal – começou a aparecer por volta dos anos 1980, e dois textos são fundamentais para o entendimento da nomenclatura: *Heterossexualidade compulsória e a existências lésbica*, de Adrienne Rich; e *O pensamento heterossexual*, de Monique Wittig. Assim, “A heterossexualidade compulsória consiste na exigência de que todos os sujeitos sejam heterossexuais, isto é, se apresenta como única forma considerada normal de vivência da sexualidade. Essa ordem social/sexual se estrutura através do dualismo heterossexualidade *versus* homossexualidade, sendo que a heterossexualidade é naturalizada e se torna compulsória” (Colling, 2015, p. 24).

trans. Ninguém está a salvo. Nenhuma pessoa LGBTQIAPN+⁵ pode se sentir segura em um contexto regido por um sistema político cis-heteropatriarcal.

Nasci na Espanha franquista e cresci em uma família heterossexual católica de direita. Uma família exemplar que os naturalistas poderiam erigir como emblema da virtude moral. Tive um pai e uma mãe que operaram virtuosamente como fiadores domésticos da ordem heterossexual (Preciado, 2020, p. 70).

Relacionando as experiências empíricas de P. B. Preciado com as dos personagens de *Close*, é possível inferir que tanto o filósofo como Léo e Rémi, resguardadas as diferenças, sobretudo ficcionais vs. factuais, vivenciam as mesmas dores e angústias, a mesma sensação de exclusão, de não pertencimento. A solidão de um sujeito LGBTQIAPN+ é, em muitos casos, implacável. Preciado chorava na solidão de seu quarto sob o desespero de não compreender parte de sua subjetividade e os ataques que sofria. Rémi, também. Este (mesmo sem nunca mencionar uma condição gay), no entanto, não consegue sobreviver aos ditames patriarcais, às estritas “leis” do gênero, à masculinidade hegemônica. A aglutinação destes elementos, atuando em um corpo frágil/desprotegido de um garoto alocado em um contexto rural, provoca a instauração da tragédia que atinge Rémi e os que estão próximos a ele.

CONSIDERAÇÕES INCONCLUSAS AINDA SOBRE A ESCOLA

Não é por acaso que decidimos nos encaminhar para o fim do texto insistindo no tema da escola (espaço onde os acontecimentos tomam proporções inesperadas, não apenas para as personagens, mas também para o espectador que se assusta ao se inteirar do movimento trágico do garoto Rémi), mas pelo fato de que há muito a ser pensado/feito para que esta instituição seja efetivamente democrática com todos os corpos e leve em consideração todas as subjetividades que surjam entre as/os alunas/os. A escola caminhou, é inegável, mas não o suficiente. Pais, professores, gestores (conservadores), políticas estatais arbitrárias, setores sociais de cunho teocrático que acreditam poder interferir no trabalho escolar, limitam a perspectiva libertadora da educação; eles precisam de algum modo se desfazer de conhecimentos ultrapassados (os não democráticos) sobre o corpo e buscar um letramento corpóreo democrático.

Vale dizer que a instituição escolar ainda está acontecendo, está em processo de construção e neste processo vislumbramos dias melhores, mais democráticos, com mais outridade. Vislumbramos, ademais, que as próximas gerações de alunas/os sejam acolhidas/os em todas suas subjetividades e que este espaço seja, juntamente com as disciplinas do currículo, de liberdade.

Para acabar com a escola assassina, é necessário estabelecer novos protocolos de prevenção da exclusão e da violência de gênero e sexual em todos os institutos e escolas. Todos: públicos e privados. Todos: metropolitanos e rurais. Todos: católicos e laicos. Todos. [...] Diante da escola assassina é necessário criar uma rede de escolas-em-fuga, uma trama de escolas trans-feministas-queer que acolham os menores que se encon-

trem em situação de exclusão e assédio em suas respectivas instituições de ensino, mas também todos aqueles que preferem a experimentação à norma (Preciado, 2020, p 198-199).

A escola projetada por Preciado ainda não aconteceu. Uma escola que proteja afetivamente todas as crianças estaria na ordem da heterotopia: um espaço onde Léo e Rémi, por exemplo, poderiam ser livres para expressar seus afetos homossexuais ou não. Pelo fato de a escola ainda ser o que é, Rémi, sentindo-se desamparado pela instituição escolar, por seus pais que não puderam defendê-lo, e completamente abandonado por seu amigo-amor, seja este amor qual for, gay ou não, “optou” por terminar com o sofrimento causado pelas “leis” heteropatriarcais que regiam a pequena sociedade onde estava alocado. A escola abandona não apenas Léo e Rémi à própria sorte, mas também as/os colegas assediadoras/es, por não estar atenta às subjetividades divergentes da norma, desconsiderar formas de afeto para além das balizadas pela masculinidade hegemônica.

Também vislumbramos, na esteira utópica de Paul B. Preciado, uma escola que refute todo tipo de violência seja ela perpetrada apenas por meras suspeitas, como acontece com Léo e Rémi e as personagens dos textos literários que abrem este artigo, ou mesmo que elas sejam confirmadas, pois identidade de gênero e sexualidade – sejam quais forem – são um direito da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Caio. Aqueles dois. *In*: ABREU, Caio. **Contos completos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- ASSIS, M. **Dom Casmurro**. São Paulo: Scipione, 2004.
- ASSIS, Machado de. Pilades e Orestes. *In*: RUFFATO, L. (org.). **Entre nós**. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2007.
- BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** São Paulo: Boitempo, 2024.
- CLOSE. Direção: Lukas Dhont. Produção de Dirk Impens. Bélgica: O2 Play, 2022. MUBI.
- COLLING, Leandro. O que perdemos com os preconceitos. **Cult.** v. 18, n. 202, p. 22-25, 2015.
- COUTO, Mia. O menino que escrevia versos. *In*: COUTO, Mia. **O fio das missangas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- LOURO, Guacira. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- LOURO, Guacira. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, Guacira (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

PRECIADO, Paul. Quem defende a criança queer? *In*: PRECIADO, Paul. **Um apartamento em urano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PRECIADO, Paul. Uma escola para Alan. *In*: PRECIADO, Paul. **Um apartamento em urano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PRECIADO, Paul. **Eu sou o monstro que vos fala**: relatório para uma academia de psicanalistas. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

TELLES, Lygia. Uma branca sombra pálida. *In*: TELLES, Lygia. **A noite escura e mais eu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.